

Um projeto para o Brasil: o papel dos militares durante o Primeiro Reinado

Renata Santos

“Quando se trata de um país novo nada basta por mais que se trabalhe, e por isso peço a V. Ex^a. licença para tratar do que neste momento me ocupa. (...) É sem dúvida que o reconhecimento desse Império pelas nações da Europa aumentaria a força moral e mais desafrontadamente se poderia ordenar os negócios internos (...); e conquanto as indecisões mal entendidas do Gabinete de Lisboa fazem com que os demais anseiem a que essa época sofra algum retardo (o que talvez não seja o pior), como o tempo é tudo, importa não desperdiçá-lo e de muitos materiais ir fornecendo o país, levando boa e grande povoação livre para os campos, instrumentos que sua cultura facilitem, engenheiros para uma escola de pontes e estradas, estabelecimentos minimamente instante e que pede pequeno dispêndio, construtoras navais e do que tudo se com maior prontidão se tratará logo que determinado seja, ao menos do que de mim depender, pois que dediquei todos os momentos de minha vida em prol da prosperidade do Brasil e glória de S.M.I. São precisos fundos ou crédito para tais negócios e sobre isso conceda-me V. Ex^a. repetir a mui sabida máxima: “para enriquecer convém endividarse a princípio”. Com pequenos meios só se fazem pequenas coisas; as grandes pedem grandes rasgos, o que o nosso Augusto Imperador mais de uma vez tem feito ver. A obra é grande e digna dela o ministério que S.M.I. soube escolher: eia, Exmo. Sr., eis o momento, suba o Brasil ao grau que a natureza o destinou. Releve V. Ex^a. se transpus as metas que devera guardar”. (*Representação Brasileira em Paris. Correspondência Expedida*. Domingos Borges de Barros a Luis José Carvalho e Mello. Paris, 26 de fevereiro de 1824).

Encarregado de Negócios Estrangeiros do Brasil na França durante o período de 1823 a 1826, o baiano Domingos Borges de Barros tinha como missão “*promover* o reconhecimento autêntico e formal da independência, Integridade e Dinastia do Império do Brasil (...)”¹. Diferentemente de seu antecessor, Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, que exerceu o cargo durante o conturbado processo de independência, Borges de Barros falará em nome de uma nação que havia optado pela manutenção de um Estado monárquico e de um Imperador que instituíra o absolutismo como forma de governo.

Nomeado em 24 de novembro de 1823 – a Assembléia Constituinte havia sido dissolvida em 12 de novembro – Borges de Barros receberá também instruções para “(...) ganhar a opinião pública da França” e fomentar a “imigração voluntária para este Império de capitalistas, artistas e lavradores (...)”². Ciente de que o reconhecimento da Independência era uma questão de tempo, relacionado mais às questões políticas da

¹ “Representação Brasileira em Paris. Correspondência Recebida” (Instruções de Borges de Barros. Rio, 24 de novembro de 1823). *Arquivo Diplomático da Independência*. Ministério das Relações Exteriores, 1972 (Edição Fac-similada da edição de 1922), vol. III, p. 25.

² “Representação Brasileira em Paris. Correspondência Recebida (Instruções de Borges de Barros. Rio, 24 de novembro de 1823)”. *Op. Cit.*, p. 24.

Santa Aliança do que aos efeitos da sua própria atuação, nosso Encarregado colocará em primeiro plano a necessidade de promover o crescimento do Brasil, “Persuadido de que nada importa tanto como tratar de estabelecimentos que nos tragam a prosperidade interna (...)”³. Na análise de Heitor Lyra, a idéia era “habituar o governo francês a ver no Brasil uma nação definitivamente desquitada de Portugal, um Estado no uso e gozo de direitos soberanos”.

De posse de um projeto⁴ voltado sobretudo para a necessidade de ocupação do território como forma de manter a unidade - “A desligação (sic) em que se acham as províncias do Império (...) o torna um colosso oco”⁵ -, Borges de Barros insistirá na conveniência da colonização militar, do recrutamento de colonos e da venda de pequenos lotes de terra como forma de garantir a integridade. Apesar das respostas pouco animadoras do governo, em 29 de janeiro de 1825 é publicado um Decreto determinando o envio de oficiais do Exército para estudar na Europa. Dos treze oficiais relacionados, dez foram enviados a Paris. No ofício expedido em 26 de junho de 1825, Borges de Barros escreve ao ministro José de Carvalho e Mello comunicando a chegada dos “pensionários” e apresentando a relação das escolas para as quais eles estavam sendo encaminhados. Alguns oficiais foram direcionados à mais de uma academia⁶:

□ **Escola de Estado Maior:** José da Silva Sampaio, major do Estado Maior do Exército; João Reinaldo Bilstens, Capitão do 3º Batalhão de Caçadores da Corte; José Xavier Calmon da Silva Cabral, Alferes do 1º Regimento de Cavalaria de 1º Linha do Exército; Eustáquio Adolpho de Mello Mattos, Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros.

³ “Representação Brasileira em Paris. Correspondência Expedida”. *Op. Cit.*, p. 117.

⁴ Em 32 de maio de 1825 Borges de Barros escreve: “Extraí de um projeto que havia traçado o resumo que tenho a honra de apresentar a V. Ex^a. para que se digne de o levar à Augusta Presença de S.M.I. se de tanto V. Ex^a. o julgar merecedor”. O título do resumo é “Notas sobre a Segurança Interior do Império Brasileiro”. “Representação Brasileira em Paris. Correspondência Expedida”. *Op. Cit.*, p. 235.

⁵ *Idem*, p. 236.

⁶ Cf. relação apresentada na obra acima citada, pp. 240-242, confrontada com o Decreto de 29 de janeiro de 1825, publicado em *Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1825*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885.

- **Pontes e Calçadas:** Henrique Luiz Bellegarde, Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros; João Nepomuceno da Motta, Tenente do Regimento de Artilharia de Posição.
- **Escola de Minas:** Paulo Barbosa da Silva, Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros; Eustáquio Adolpho de Mello Mattos;
- **Escola de Engenheiros Geográficos:** Henrique Luiz Bellegarde; João Vicente Gomes, major de Artilharia da Praça de Santos; João Nepomuceno da Motta.
- **Escola de Aplicação Militar e de Artilharia em Metz:** Henrique Luiz Bellegarde; João Vicente Gomes; Paulo Barbosa da Silva.
- **Escola Politécnica:** José Xavier Calmon da Silva Cabral, Alferes do 1º Regimento de Cavalaria de 1º Linha do Exército; João Reinaldo Bilstens; João Nepomuceno da Motta.
- **Escola de Arquitetura:** Manoel Peixoto de Azevedo, tenente do Batalhão de Artilharia de Posição.
- **Escola de Arsenal e Construção:** João Vicente Gomes; Paulo Barbosa da Silva.
- **Escola de Fundação:** Eustáquio Adolpho de Mello Mattos

Joaquim Cândido Soares de Meirelles, citado no Decreto, Cirurgião-mór Agregado do Regimento de Cavalaria de Linha de Minas, segundo Borges de Barros, foi admitido nos “Armazens de Ambulance” e “hospitais militares”.

Não figuram na lista de Borges de Barros o capitão Ernesto Frederico de Verna, do 1º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha do Exército; o tenente Frederico Carneiro de Campos, do Regimento de Artilharia da Corte; o alferes Ernesto Augusto Cesar Eduardo, do Regimento de Cavalaria de Linha de Minas, talvez enviados para Londres onde havia outra Representação Brasileira.

Na relação feita por Borges de Barros consta ainda o nome de outros oficiais que não estão relacionados no Decreto de janeiro de 25 e duas Escolas para os quais foram mandadas pessoas sem patente: Escola de Pintura e o Conservatório de Artes.

As idéias de Borges de Barros de certa forma encontram respaldo no governo, que além de levar oficiais para se especializarem no exterior, investe também na atualização técnica do Real Arquivo Militar, que possuía uma ateliê de gravura em aço para confecção de mapas, fechando um contrato de cinco anos (através de Borges de Barros) com o litógrafo suíço Johann Jacob Steinmann⁷.

Ao dissolver a Assembléia Constituinte, D. Pedro I justificou-se dizendo que era preciso preservar a causa da independência. Se do seu ponto de vista o caminho seguido pela elite política evocava o “espírito de desunião”, fazer uso dos militares - para além da força - como forma de preservar o poder do Estado poderia ser uma alternativa mais viável e condizente com sua formação absolutista. Nesse sentido, instituições como o Real Arquivo Militar apareceriam como peças estratégicas no projeto de construção do Estado.

II. O Real Arquivo Militar e a construção do território

O Real Arquivo Militar foi criado pelo Decreto Régio de 7 de abril de 1808. Ligado ao Ministério da Guerra, como também às repartições da Fazenda e da Marinha, concebido por D. Rodrigo de Souza Coutinho para funcionar como a antiga Real Sociedade Marítima⁸, o Arquivo deveria servir tanto como depósito central de toda a cartografia do Império, como local onde pudessem ser feitas ratificações de fronteiras,

⁷ Cf. levantamento de Orlando da Costa Ferreira em *Imagem e Letra. Introdução à Bibliologia Brasileira: a imagem gravada*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 326-331

⁸ “Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares”, criada em 30 de Junho de 1798, em Portugal, por D. Rodrigo.

planos de fortalezas e de campanhas, projetos para novas estradas e comunicações, projetos de melhoramentos e estabelecimentos de novos portos marítimos⁹.

Para cumprir a maioria desses propósitos, o Arquivo precisava se associar a outros estabelecimentos. No caso da *Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, um dos primeiros mapas tirados no período joanino, ele foi desenhado no Arquivo e impresso na Impressão Régia, em 1809, sugerindo que o Arquivo tinha a mão-de-obra mas não possuía os tórculos necessários à impressão.

A ligação do Arquivo com outras instituições fica claro no Decreto de 4 de dezembro de 1810, que criava a Academia Real Militar. No Título 1º, “Da Junta Militar”, fica estabelecido que a Academia será administrada por uma “Junta Militar composta de um presidente, que será um tenente general sempre tirado do Corpo de Artilharia ou do Corpo de Engenheiros e de quatro ou mais oficiais (se Eu assim For Servido) com a patente de coronel ou daí para cima, sendo um deles oficial engenheiro que for diretor do Meu Real Arquivo Militar (...)”¹⁰. Juntava-se assim o Arquivo, a Academia e o Corpo de Engenheiros, formando uma corporação militar onde cada um tinha uma função: a Academia formava os oficiais que preencheriam o Corpo de Engenheiros, que por sua vez forneceria a mão-de-obra para trabalhar no Arquivo.

Podemos citar pelo menos um exemplo dessa relação funcionando na prática, durante o Primeiro Reinado: na “Carta Geo-Hidrográfica da Ilha e Canal de Santa Catarina”, lemos na legenda que ela foi levantada por H. L. de Niemeyer Bellegarde, oficial do Imperial Corpo de Engenheiros, em 1830, e impressa na Litografia do Arquivo Militar¹¹. Esta carta também nos mostra que o envio de oficiais militares para a Europa em

⁹ Cf. “Decreto de 7 de abril de 1808, que cria o Real Arquivo Militar e dá-lhe regimento”. In: *Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias*, pp. 12-13.

¹⁰ Barata, Mário. *Escola Politécnica d Largo de São Francisco. Berço da Engenharia Brasileira*. Rio de Janeiro, Associação dos Antigos Alunos da Politécnica/Clube de Engenharia, 1973, p. 48.

¹¹ Cf. “Catálogo das Cartas Históricas da mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército”. In: *Primeira Exposição geral do Exército*. República dos Estados Unidos do Brasil; Ministério da Guerra. Imprensa Militar, MCMLIII, p. 50.

1825 alcançou o seu propósito, já que H.L. Bellegarde, muito provavelmente é o Henrique Luis Bellegarde citado acima na relação de Borges de Barros.

Ainda há muito que pesquisar sobre o Arquivo Militar na primeira metade do século XIX, mas alguns pontos já estão claros, como o fato de que para entender a sua função é preciso antes pesquisar em conjunto a história dos militares e da engenharia no período. Contudo, parece claro que estas instituições – o Arquivo, a Academia e o Corpo de Engenheiros – continuaram estratégicos e merecedores de atenção durante o Primeiro Reinado, não tendo deixado de cumprir sua função principal de mapear o Império.

Tomando como referência o catálogo digital organizado pelo Arquivo Histórico do Exército no início desse século XXI, com mapas dos séculos XVI ao XX, separamos aqueles produzidos de 1808 a 1853, obtendo o seguinte resultado:

1808-1821	1822-1831	1832-1840	1841-1853	Total no período
104 mapas	67 mapas	47 mapas	191 mapas	409 mapas de todas as regiões do Brasil
25,42%	16,38%	11,49%	46,69%	

Se o início do Segundo Reinado aparece com a maior produção cartográfica, não se pode dizer que a produção do Primeiro Reinado tenha sido insignificante. Apesar das conturbações políticas do período, foi possível manter o foco na atividade dos militares, investir na formação dos oficiais, completar finalmente a Junta diretora da Academia Militar, refazer seu plano de estudos, aprimorar tecnicamente o Arquivo, produzir um mapeamento do território.

Borges de Barros, ainda na defesa de seu projeto para o Brasil, lembra que “A capital do Império, qual o sol, deve espalhar com seus raios assim distribuídos, não só

vida na força que dá, porém todos os benefícios do astro criador”¹². Qual um Rei Sol, D. Pedro I tinha a oportunidade de construir, delinear, o novo Estado. Delinear, aqui, podendo ser pensado em seu duplo sentido: tanto o verbo que indica “desenhar os contornos, conceber, determinar os limites” (da nação), como a ação do gravador que delinea a matriz, antes de gravar sua estampa, no caso, os mapas.

¹² “Representação Brasileira em Paris. Correspondência Expedida”. *Op. Cit.*, p. 237.